

Habilitações profissionais (cursos de formação): . . .
Se tiver vínculo à função, pública organismo a que está vinculado: . . .

Tipo de vínculo: . . .

Carreira e categoria: . . .

Antiguidade na categoria, na carreira e na função pública (até à data de publicação do presente aviso): . . .

Classificação quantitativa de serviço nos últimos três anos: . . .

Quaisquer outros elementos que os interessados considerem relevantes para a apreciação do seu mérito: . . .

requer a V. Ex.^a se digne admiti-lo(a) ao concurso externo de ingresso para o preenchimento de . . . vagas (indicar o número) na categoria . . . (indicar a categoria) da carreira . . . (indicar a carreira), conforme o aviso n.º . . ./2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º . . ., de . . . de . . . de 2005.

Mais se declara, sob compromisso de honra, que reúne todos os requisitos legalmente exigidos:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter 18 anos completos;
- c) Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o cargo;
- d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatórios;
- e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

Pede deferimento.

. . . (data e assinatura).

ANEXO II

Parte de conhecimentos gerais — incidirá sobre as seguintes matérias, constantes do anexo ao despacho n.º 13 381/99 (2.ª série), de 14 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 162, de 14 de Julho de 1999:

- 1) Conhecimentos ao nível das habilitações exigidas para o ingresso na respectiva carreira, fazendo apelo aos conhecimentos adquiridos no âmbito escolar, designadamente nas áreas de português e de matemática, e aos resultantes da vivência do cidadão comum;
- 2) Direitos e deveres da função pública e deontologia profissional:
 - a) Regime de férias, faltas e licenças;
 - b) Estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública;
 - c) Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública;
 - d) Deontologia do serviço público;
- 3) Atribuições e competências próprias do serviço para o qual é aberto o concurso.

Parte de conhecimentos específicos — incidirá sobre as seguintes matérias, conforme o programa de provas aprovado pelo despacho conjunto n.º 40/2001, de 12 de Dezembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 15, de 18 de Janeiro de 2001:

Regime jurídico da função pública:

- 1) Recrutamento e selecção;
- 2) Constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego;
- 3) Horários e suspensão de trabalho (pessoal docente universitário e não docente);
- 4) Carreiras (pessoal docente universitário e não docente);
- 5) Regime de aposentações;
- 6) Benefícios sociais (ADSE, subsídios familiares e outros);
- 7) Acumulação e incompatibilidades;
- 8) Código do Procedimento Administrativo.

ANEXO III

Bibliografia e legislação

Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, alterado pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, e pelos Decretos-Leis n.ºs 70-A/2000, de 5 de Maio, e 157/2001, de 11 de Maio (regime de férias, faltas e licenças).
Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 404/98, de 18 de Dezembro, e 70-A/2000, de 5 de Maio, e pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho (estatuto remuneratório dos funcionários e agentes).

Decreto-Leis n.ºs 24/84, de 16 de Janeiro, e 413/93, de 23 de Dezembro (Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública).

Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho (recrutamento e selecção de pessoal).

Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro (relação jurídica de emprego), com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Dezembro, Lei n.º 19/92, de 13 de Agosto, e Decretos-Leis n.ºs 102/96, de 31 de Julho, e 218/98, de 17 de Julho.

Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto (duração e horário de trabalho).

Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro (quadros e carreiras).

Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de Fevereiro (benefícios sociais).
Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho (acumulação e incompatibilidade), alterado pela Lei n.º 25/98, de 26 de Maio, e Lei n.º 30-C/92, de 28 de Dezembro.

Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro (Código do Procedimento Administrativo).

Diário da República, 2.ª série, n.º 213, de 9 de Setembro de 2004 (Estatutos da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa).

Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, ratificado, com alterações, pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.

Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, alterada pelas Leis n.ºs 115/97, de 19 de Setembro, e 49/2005, de 30 de Agosto (Lei de Bases do Sistema Educativo).

Decreto-Lei n.º 125/95, de 31 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 123/96, de 10 de Agosto (estatuto de atleta de alta competição).

Decreto-Lei n.º 152/91 de 23 de Abril, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 55/96, de 22 de Maio, e 328/97 de 27 de Novembro (estatuto do dirigente associativo).

Portaria n.º 594/2005, de 15 de Julho (Regulamento do Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior).

Portaria n.º 612/93, de 29 de Junho, alterada pelas Portarias n.ºs 96/95, de 1 de Fevereiro, 390/95, de 2 de Maio, e 317-A/96, de 29 de Julho (regimes de reingresso, mudança de curso e transferência).

Lei n.º 90/2001, de 20 de Agosto (apoio social às mães e pais estudantes).

Despacho (extracto) n.º 26 862/2005 (2.ª série). — Por despacho do vice-reitor de 9 de Setembro de 2005, por delegação do reitor:

Dr.^a Alexandra Isabel Lopes Neto Cordeiro Navalho — celebrado contrato administrativo de provimento com esta Faculdade para exercer funções de assistente convidada, a 30 %, com início em 19 de Setembro de 2005, válido por um ano, renovável por sucessivos períodos de três anos.

Por despacho do vice-reitor de 1 de Setembro de 2005, por delegação do reitor:

Dr.^a Maria Cecília Guimarães Monteiro — celebrado contrato administrativo de provimento com esta Faculdade para exercer funções de assistente convidada, a 30 %, com início em 1 de Setembro de 2005, válido por um ano, renovável por sucessivos períodos de três anos, considerando-se rescindido o contrato anterior.

Dr. Rui Mota Figueiredo — celebrado contrato administrativo de provimento com esta Faculdade para exercer funções de assistente convidado, a 30 %, com início em 1 de Setembro de 2005, válido por um ano, renovável por sucessivos períodos de três anos, considerando-se rescindido o contrato anterior.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Dezembro de 2005. — A Chefe de Divisão, *Isabel Aguiar*.

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Despacho n.º 26 863/2005 (2.ª série). — Por despacho de 12 de Dezembro de 2005 do director, proferido por delegação de competências:

Doutora Cláudia Maria Azenha Margato de Ramalho Sousa, professora auxiliar convidada desta Faculdade — autorizada equiparação a bolseiro no estrangeiro no período compreendido entre 2 e 30 de Janeiro de 2008.

13 de Dezembro de 2005. — O Director, *João Sàágua*.